

O NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO: O SUJEITO COMO EMPREENDEDOR DE SI

Patricia Tatiana Raasch¹

Fabricio Filisbino²

Ketlin Braatz³

Orientador: Rodrigo Díaz de Vivar y Soler⁴

RESUMO

O presente artigo problematiza a influência do neoliberalismo na Educação brasileira, tendo como referência as leituras teóricas de François Dubet, Pablo Gentili, Eli Terezinha Henn Fabris e Maura Corcini Lopes. Para tanto, como problema de pesquisa, indica-se: em que medida o discurso neoliberal atravessa a Instituição escolar e transforma os sujeitos em reprodutores da lógica mercantil. O estudo de abordagem qualitativa se insere no campo das investigações de caráter bibliográfico e se utiliza dos conceitos de neoliberalismo e educação. Esta pesquisa está estruturada em duas (02) etapas. Primeiramente, se apresenta de que maneira o discurso neoliberal atravessa a educação, transformando os sujeitos em empreendedores de si e não cidadãos críticos. A seguir, procura-se entender como o discurso neoliberal enfatiza a questão meritocrática, estimulando a competitividade e corrida pelo “sucesso” entre os indivíduos no contexto escolar. Espera-se que os diálogos aqui apresentados possam ser um ponto de reflexão, a fim de compreender os desafios, os limites e as possibilidades da realidade brasileira frente aos discursos neoliberais que perpassam a Educação.

Palavras-chave: Neoliberalismo, Educação, Exclusão.

INTRODUÇÃO

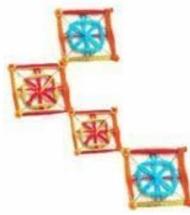
O neoliberalismo não é meramente uma doutrina econômica, mas um modo de vida responsável por modular condutas e agenciar modos de subjetivação. Suas raízes históricas remontam às primeiras décadas do século XX, quando as escolas de Friburgo e de Viena, começaram a desenvolver suas teses sobre a mínima interferência do Estado nos padrões das liberdades individuais. Contudo, é a partir da década de 1970 que o neoliberalismo emerge como força hegemônica dos modos de vida da sociedade ocidental – por conta do desgaste da

¹ Formada em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Mestranda em Educação pela Universidade Regional de Blumenau. profpatriciaraasch@gmail.com;

² Formado em Filosofia pela Universidade do Sul de Santa Catarina. Mestrando em Educação pela Universidade Regional de Blumenau. fabriciofili@gmail.com;

³ Formada em Pedagogia pela Universidade Regional de Blumenau. Mestranda em Educação pela Universidade Regional de Blumenau. kbraatz26@gmail.com;

⁴ Professor orientador. Bacharel em Psicologia pela UNESC (2007), Mestre em Psicologia pela UFSC (2011), Doutor em Filosofia pela UNISINOS. Professor efetivo do curso de Psicologia da FURB desde agosto de 2018. Professor colaborador do Mestrado em Educação da FURB. diazsoler@gmail.com.



União Soviética e a chegada de Thatcher no Reino Unido e Reagan nos Estados Unidos – e a tão aclamada tese do *fim da história* em um mundo pós-Muro de Berlim.

Pensar a escola como instituição social é pensá-la em sua missão específica de comprometimento e transformação social. Porém, com o passar dos anos, temos assistido uma escola que se conforma ao regime de poder neoliberal, como um instrumento útil ao mercado, transformando a educação em mercadoria, acentuando as desigualdades sociais, separando a escola pública da escola privada. Como efeito dessa conformação, jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade, necessitam sair da escola para o mundo do trabalho, não concluindo sequer a educação básica.

Outro ponto que merece destaque nessa aproximação da governamentalidade neoliberal é a conversão de escolas e universidades que têm, paulatinamente se transformado em pequenas ou grandes incubadoras empresariais. Este processo é sentido desde a flexibilização dos currículos, até a presença cada vez mais constante de que o empreendedorismo é a única alternativa possível para milhares de estudantes. Isto é, o neoliberalismo transforma o estudante em empresário de si mesmo.

Pensar a educação como transformação social é dever das instituições e da sociedade, porém com o passar dos anos esse modelo educacional tem se transformado em mercadoria, no sentido de cada vez mais provocar a separação entre escola pública e privada. A formação educacional também acaba sendo integrada ao mercado, pois jovens e adolescentes necessitam sair da escola para o mundo do trabalho, e muitos não concluem a educação básica.

A justificativa dessa pesquisa é problematizar a influência do neoliberalismo na Educação brasileira, compreendendo em que medida o discurso neoliberal atravessa a Instituição escolar e subjetiva os indivíduos dentro de uma lógica mercantil. Como objetivos específicos, apresentamos de que maneira o discurso neoliberal atravessa a educação, transformando os sujeitos em empreendedores de si. Em seguida, discutimos como o discurso neoliberal enfatiza a questão meritocrática, estimulando a competitividade e corrida pelo “sucesso” entre os indivíduos no contexto escolar.

A motivação pela temática surgiu no contexto da pós-graduação (Mestrado) em Educação que os pesquisadores fazem parte. Incomodados com o paradigma atual, mesmo sendo educadores em distintas áreas, temos a necessidade de refletir sobre a educação como algo social e um direito de todos. O tema estudado é complexo e polêmico, porém necessário para compreendermos a educação que queremos para nossas crianças e jovens.



As principais fontes de análise teórica foram: o livro *O que é uma escola justa?: a escola das oportunidades*, de François Dubet, no qual o autor analisa o sistema educacional francês, do ponto de vista da igualdade das oportunidades e da meritocracia; o livro *Inclusão & Educação*, das autoras Eli Terezinha Henn Fabris e Maura Corcini Lopes, no qual mobilizam o conceito de in/exclusão, para mostrar que, embora muitos estejam incluídos nas estatísticas e em alguns espaços físicos, boa parcela dos indivíduos ainda sofre com as práticas de inclusão excludentes. E artigos de Pablo Gentili, que discute os aspectos do neoliberalismo, principalmente no que tange a exclusão e a pedagogia da igualdade.

METODOLOGIA

Essa pesquisa é qualitativa, de caráter bibliográfico. Segundo Manzo (1971, p. 32), “a bibliografia pertinente oferece meios para definir e resolver não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente”. Identificada como uma pesquisa exploratória, “as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 2008, p. 27). Essa pesquisa se utiliza dos conceitos de neoliberalismo e educação.

O SUJEITO COMO EMPREENDEDOR DE SI

A Educação Brasileira vem sendo, desde longa data, um espaço de exercício do poder e de controle sobre os indivíduos. Crianças, jovens e adultos são moldados pela Instituição Escolar, que exerce grande influência sobre a vida e a maneira de ser individual e coletivamente. Para Fabris e Lopes (2013, p. 50), escolas, manicômios, hospitais, prisões, seminários, entre outras instituições de sequestro, se encarregaram de agir sobre cada indivíduo em particular, educando e disciplinando-os, a fim de que pudessem viver em sociedade [no advento da Modernidade]. Entre as instituições de sequestro, a escola foi a que mais se mostrou produtiva na vigilância e no controle dos indivíduos, bem como na preparação de cada um para viver em sociedade.



Nas últimas décadas, no entanto, a conjuntura econômico-política neoliberal na qual a Escola, bem como as demais instituições estão inseridas, parecem exercer cada vez mais influência sobre a coletividade, e ao mesmo tempo, sobre cada indivíduo:

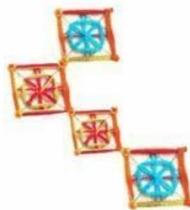
Cada indivíduo, na lógica neoliberal, passa ser uma unidade de investimento e uma potência empreendedora: considerando-se a si próprio como um empreendimento, cada sujeito aceita de antemão a ideia de que sua eventual ruína ou exclusão se deve ao fato de não ter feito os investimentos certos nos momentos certos. Em tal lógica, mercado e Estado se aproximam e se fundem em momentos estratégicos e, principalmente, na educação dos sujeitos e nos investimentos sobre as condições de vida da população. Mercado e Estado tornam-se parceiros aliados na capitalização dos indivíduos. (FABRIS e LOPES, 2013, p. 57).

A partir dos anos 1970, o neoliberalismo constitui-se como um projeto, dentro do sistema capitalista, que visa a redução do poder do Estado e que defende a ampliação e atuação do mercado na resolução dos problemas de ordem econômica. Assim, por meio do discurso, o modelo neoliberal vai colocando, para a opinião pública, a ideia de que as mudanças no mundo do trabalho seriam necessárias para manter as economias estáveis. Esse discurso permitiu, no caso da América Latina, que os grupos econômicos dominantes iniciassem um processo de abertura dos mercados à concorrência internacional e a redução do Estado de bem-estar social, reduzindo as instituições de proteção social sob controle do Estado. (ASSUNÇÃO e SOUZA, 2017).

Nas décadas de 1980 e 1990, o modelo neoliberal integrou a educação brasileira, vinculando suas funções às necessidades do mercado, além de preconizar o “compromisso com a criação de uma escola moderna, atualizada, comprometida com o mercado de trabalho, ou seja, orientada para sobreviver às novas demandas no mundo globalizado e competitivo”. (ASSUNÇÃO e SOUZA, 2017, p. 54).

O novo modelo da economia global toma largo alcance para a educação, principalmente as mudanças relacionadas ao mercado de trabalho. No modelo capitalista a educação era pensada a partir da formação de sujeitos disciplinados, a partir da força de trabalho qualificada. Já o modelo neoliberal prega que a educação ainda mantenha sujeitos disciplinados, mas amplia essa demanda para trabalhadores com capacidade de resposta rápida, que saibam trabalhar em equipe, que sejam competitivos, criativos, que saibam trabalhar com alta demanda de produção:

[...] um investimento em capital humano individual que habilita as pessoas para a competição pelos empregos disponíveis. O acesso a diferentes graus de escolaridade amplia as condições de empregabilidade do indivíduo, o que, entretanto, não lhe garante emprego, pelo simples fato de que, na forma atual do desenvolvimento capitalista, não há emprego para todos: a economia pode crescer convivendo com altas taxas de desemprego e com grandes contingentes populacionais excluídos do processo (SAVIANI, 2008, p. 430).



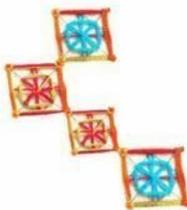
Nessa ótica, os indivíduos são moldados, desde muito cedo pelo mercado, pelas indústrias, pelo próprio sistema, que exige produção e excelência. E a instituição escolar, como parte integrante do tecido social, não está isenta dessas influências, quando na verdade ela mesma exerce ou ao menos favorece a participação desses atores na lógica neoliberal. Como bem esclarece Dubet (2003), o sujeito da modernidade é o autor de si mesmo, tanto de suas virtudes como de seus vícios. Por outro lado, não poderia ser diferente, a educação é meritocrática. Ela ordena, hierarquiza, classifica os indivíduos em função de seus méritos, postulando em revanche que esses indivíduos são iguais. Os indivíduos devem portanto perceber-se como os autores de seus desempenhos, como seus responsáveis. Além disso, “esse regime institui um governo pedagógico que visa otimizar saberes supostamente necessários para o sucesso no mundo do trabalho, configurando esses neossujeitos em empreendedores e em empresários de si próprios”. (PIZOLATI, 2020, p. 523)

Dessa maneira, os indivíduos são colocados como os únicos responsáveis pelas suas atitudes, pelas conquistas, ou pelo seu “insucesso”. “falta de trabalho”, “falta de atenção”, “falta de seriedade”, são as explicações mais banais das desiguais *performances* dos alunos, em todo caso, aquelas atribuídas aos próprios alunos. Explicações que afirmam sem cessar que “quando se quer, se pode”. (DUBET, 2008, p. 40).

Essas afirmações devem levar a certos questionamentos: quantas vezes culpamos os estudantes por aquilo que eles simplesmente são? Ou ainda, quantas vezes professores afirmam “esse problema é do aluno, não nosso, pois é ele que não tem vontade de aprender”? O discurso neoliberal, presente na Educação, cria um regime de verdade que determina como o indivíduo se relaciona com o mundo, “orientados pelas lógicas empresariais do empreendedorismo, da competição, da individualização e da responsabilização. O fracasso ou o sucesso seriam então atribuídos aos resultados das escolhas de vida e não mais a fatores externos, tais como crises econômicas” (PIZOLATI, 2020, p. 525). E tão pouco à fatores internos às próprias Instituições Educativas, que produz determinantes da exclusão.

A MERITOCRACIA NA EDUCAÇÃO

Na obra *O que é uma escola justa? A escola das oportunidades*, Dubet analisa o sistema educacional francês, do ponto de vista da igualdade das oportunidades e da meritocracia. Nela, o autor bem lembra que “uma escola justa não pode se limitar a selecionar



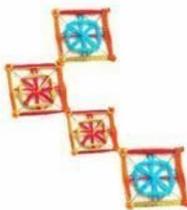
os que têm mais mérito, ela deve também se preocupar com a sorte dos vencidos” (2008, p. 10).

Se compreendemos a Educação situada dentro da ótica neoliberal, que pressiona os alunos por contínuos bons resultados, devemos lembrar que os vencidos só podem, portanto, apegar-se a si mesmos, só podem atribuir a si mesmos a causa de seu fracasso. Ameaçados em sua auto-estima, eles oscilam entre o desânimo e a depressão, sentindo-se indignos das esperanças neles depositadas pelos seus professores, pela sua família e por si mesmos (DUBET, 2008). Desse modo, a exclusão nessas situações está determinada pela fragilização moral dos indivíduos, e não mais pela não pertença física (FABRIS e LOPES, 2013).

As políticas educacionais, permeadas pelo discurso neoliberal dos grupos dominantes, instituem esse “espírito do empreendedorismo de si” (PIZOLATI, 2020). Se antes a falta de boa colocação no mercado de trabalho era atribuída às circunstâncias relacionadas ao estado ou à sociedade, agora essa culpa recai sobre o próprio indivíduo e sua capacidade de (in)gerência da vida, à responsabilização de si pelos erros e acertos, exclusivamente. Daí a relação tão estabelecida, hoje, nos sistemas de ensino, de relacionar a pressão por resultados ao “sucesso” individual. O modelo neoliberal enfatiza uma educação meritocrata, que garante que os melhores são os que desempenham melhor suas habilidades e tem isso por mérito. Segundo Gentili (1995), a escola, de acordo com as falácias neoliberais, “está em crise porque nela não se institucionalizaram os critérios competitivos que garantem uma distribuição diferencial do serviço, que se fundamente no mérito e no esforço individual dos usuários do sistema”.

Para Marrach (1996), o discurso neoliberal, além de incentivar a diminuição da responsabilidade do Estado para com o social e a Educação, mantém um caráter meritocrático no ensino, por trás da idéia de competitividade e livre escolha entre as várias opções de mercado. Sendo assim, a educação se transforma em modelo de mercado, enfatizando a formação humana como necessidade de capital e reduzindo os direitos e os conhecimentos sociais:

A grande operação estratégica do neoliberalismo consiste em transferir a educação da esfera política para a esfera do mercado, questionando assim seu caráter de direito e reduzindo-a a sua condição de propriedade. É neste quadro que se reconceitualizar a noção de cidadania, através de uma revalorização da ação do indivíduo enquanto proprietário, enquanto indivíduo que luta por conquistar (comprar) propriedades mercadorias de diversa índole, sendo a educação uma delas. O modelo de homem neoliberal é o cidadão privatizado, o intrapreneur, o consumidor. (GENTILLI, 1996, p.20-21).



Esse discurso neoliberal está presente nas ações pedagógicas, mas também nos documentos oficiais. É possível verificá-lo, por exemplo, no texto da Base Nacional Comum Curricular, que apresenta, segundo o item nº 10, a necessidade do indivíduo de: “10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.” (BNCC, 2017, p. 10). O empreendedorismo de si é o exemplo mais claro da consolidação do paradigma neoliberal, em que a flexi/responsabilização passa a pautar sistematicamente as escolhas de vida e as relações sociais. (PIZOLATI, 2020). Nessa perspectiva, a finalidade da educação contemporânea já não é mais a de tornar o indivíduo autônomo, mas de torná-lo um empresário de si.

Dessa forma, os jovens são lançados a sobreviver dentro de uma cultura da competitividade, onde a inovação e a concorrência atravessam os currículos e toda ação pedagógica:

A escola no século XXI é organizada não apenas para a formação de mão de obra, mas atua na formação de mentes que internalizam como condição indispensável para a vida a concorrência e a competitividade. Não estamos falando apenas na relação formação-emprego, mas em algo mais complexo, que tem relação direta com o modo como o sujeito se comporta socialmente. A formação de mentes que legitimam como norma social a competitividade e a concorrência permite que aceitem de forma natural as crises sociais do modelo neoliberal porque já perderam de vista a capacidade crítica e analítica de conjuntura. (ALMEIDA e TREVISOL, 2019, p. 217)

Um exemplo desse empreendimento de si pode ser analisado a partir da reforma do Novo Ensino Médio, na qual é dada aos alunos a opção de escolher uma das cinco áreas, a saber: linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional. As escolhas não se tornam, assim, difíceis de adivinhar: os jovens oriundos de classes menos favorecidas tendem a escolher pela última opção, visto que a opção por ingressar no mercado de trabalho é sempre a necessidade mais imediata à realidade em que estão inseridos, enquanto outros podem preparar-se ao ingresso nas Universidades (DERISSO e DUARTE, 2017).

Para Derisso e Duarte, o que está se delineando é que:

as duas redes que passarão a existir no ensino público estatal serão constituídas por uma destinada ao desenvolvimento de competências para o trabalho no sentido mais pragmático e outra voltada para o prosseguimento do ensino superior, em busca de ascensão social por meio de postos intermediários de trabalho no setor de produção ou serviços, do sucesso em pequenos empreendimentos ou de uma invejada profissão liberal, mas dificilmente as grandes funções empresariais ou políticas. (2017, p. 139-40)



O discurso neoliberal enfatiza a educação como relações de poder, incentivando o desenvolvimento de atitudes de competitividade, de acordo com as necessidades do mercado, transformando a educação em mercadoria e minimizando sua atuação dentro do campo social. Sendo assim, ressaltamos os objetivos do modelo de uma educação neoliberal:

1. Atrair a educação escolar à preparação para o trabalho e a pesquisa acadêmica ao imperativo do mercado ou às necessidades da livre iniciativa. Assegurar que o mundo empresarial tem interesse na educação porque deseja uma força de trabalho qualificada, apta para a competição no mercado nacional e internacional. [...]
2. Tornar a escola um meio de transmissão dos seus princípios doutrinários. O que está em questão é a adequação da escola à ideologia dominante. [...]
3. Fazer da escola um mercado para os produtos da indústria cultural e da informática, o que, aliás, é coerente com idéia de fazer a escola funcionar de forma semelhante ao mercado, mas é contraditório porque, enquanto, no discurso, os neoliberais condenam a participação direta do Estado no financiamento da educação, na prática, não hesitam em aproveitar os subsídios estatais para divulgar seus produtos didáticos e paradidáticos no mercado escolar. (MARRACH, 1996, p. 46-48).

O interesse econômico sujeita à educação aos interesses capitalistas e cada vez mais, exclui a promoção de mudanças sociais, tornando os indivíduos parte de uma sociedade individualista e competitiva. A formação de educadores torna-se precária, na oferta de cursos baratos, de modo conteudista e que desconsidera as diferenças:

Nesse projeto, a intervenção na educação com vistas a servir os propósitos empresariais e industriais tem duas dimensões principais. De um lado, é central, na reestruturação buscada pelos ideológicos neoliberais, atrair a educação institucionalizada aos objetivos estreitos de preparação para o local de trabalho. No léxico liberal, trata-se de fazer com que as escolas preparem melhor seus alunos para a competitividade do mercado nacional e internacional. De outro, é importante também utilizar a educação como veículo de transmissão das idéias [sic] que proclamam as excelências do livre mercado e da livre iniciativa. Há um esforço de alteração do currículo não apenas com o objetivo de dirigi-lo a uma preparação estreita para o local de trabalho, mas também com o objetivo de preparar os estudantes para aceitar os postulados do credo liberal (SILVA, 1994, p. 12).

Sendo assim, é necessário repensar a educação em todos os âmbitos, pois é na educação que se acredita na transformação social e política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa perspectiva é necessário que repensem os modelos de educação, a educação que “queremos”: se vivemos socialmente o que é mais importante na educação, se adotamos um modelo de fabricação de mão-de-obra barata ou um modelo educacional pensado por todos e para todos.



A educação deve ser um direito de todos e que todos tenham acesso e oportunidades, além de buscar uma formação social e não ser pautada no discurso neoliberal. A educação deve ser social, política, pedagógica, de formação crítica que entenda e promova modificações o contexto de desigualdade no qual estamos inseridos, principalmente que olhe para o outro e perceba que são necessárias mudanças sociais para que o outro tenha as mesmas oportunidades.

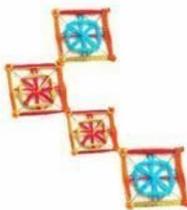
O neoliberalismo é um interesse do Estado e do mercado e vinculado com a educação transforma tudo em mercadoria e competitividade, excluindo uns e dando mérito a outros. Todos os cidadãos necessitam estar atentos ao discurso neoliberal, principalmente os discursos sobre a privatização da educação na lógica da mercantilização, que agrava as desigualdades sociais e que se transforma em máquina de disciplinamento, formando para o mercado e para a competitividade no mercado.

O cidadão deve ser educado para uma visão geral sobre a sociedade que está inserido, ser crítico e entender as diferentes formas de vida na sociedade, quem é o oprimido e quem é o opressor, além de conhecer os interesses do Estado. Então a educação tem a função de tornar a vivência escolar alinhada à realidade social.

A escola pública brasileira, ao adotar esse modelo pedagógico de influência neoliberal, descaracteriza-se enquanto difusora e socializadora da produção do conhecimento humano e histórico, ao passo que aprofunda o processo de alienação, que já existe na sociedade capitalista. Ela reforça o processo, ao invés de combatê-lo. Volta-se, através do desenvolvimento de habilidades e competências úteis ao mercado de trabalho, à formação de indivíduos aptos ao trabalho, sem garantia de empregabilidade, num país que enfrenta o desemprego estrutural.

Portanto, a Escola, a partir das exigências de produção e excelência na ótica neoliberal, vem exercendo pressão sobre as crianças e jovens a ponto de culpá-los por seu in(sucesso) escolar, sem questionar seu verdadeiro papel - o de transformar esses sujeitos em cidadãos conscientes de seu papel na sociedade. A Escola tem um papel fundamental que não é apenas reproduzir conhecimentos estáticos, desenvolver certas habilidades e competências, mas tornar-se espaço de discussão, reflexão, análise e crítica do contexto mundial, articulando a escola com os interesses populares na construção e luta por mais justiça e igualdade.

REFERÊNCIAS



ALMEIDA, M. L. P.; TREVISOL, M. G. A incorporação da racionalidade neoliberal na educação e a organização escolar a partir da cultura empresarial. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 12, n. 3, set./dez. 2019.

BRASIL. Base Nacional Curricular Comum. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 27 set. 2020.

DERISSO, J. L.; DUARTE, R. C. A reforma neoliberal do ensino médio e a gradual descaracterização da escola. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 2, p. 132-141, ago. 2017.

DUBET, F. A escola e a exclusão. **Cadernos de pesquisa**, n. 119, p. 29-45, 2003.

_____ **O que é uma escola justa?: a escola das oportunidades**. Cortez, 2008.

FABRIS, E. T. H.; LOPES, M. C. **Inclusão & Educação**. Autêntica, 2016.

GENTILI, P. **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1995.

_____ e SILVA, T.T da (orgs) escola S.A – **Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília: editora CNTE, 1996.

Gil, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

MARRACH, S. A. **Neoliberalismo e Educação**. In: GUIRALDELLI JUNIOR, P. (Org.). **Infância, Educação e Neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1996.

MANZO, A. J. **Manual para la preparación de monografías: una guía para presentar informes y tesis**. Buenos Aires: Humanistas, 1971.

PIZOLATI, A. R. C. A influência do discurso neoliberal na governamentalidade pedagógica no Brasil contemporâneo. **Revista Cocar**, v.14, n.28, p.521-540, jan/abr. 2020.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2008.

SILVA, T. T. A "nova" direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.

SOUZA, A. P.; ASSUNÇÃO, F. L. O neoliberalismo na educação. **Revista Contemporânea: Revista Unitoledo: Arquitetura, Comunicação, Design e Educação**, v. 02, n. 01, p. 51- 61, out/dez. 2017.